



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS FACULDADE DE
EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**O NEGRO E O LIVRO DIDÁTICO: A REPRESENTAÇÃO DA CULTURA E DA
HISTÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS**

Laís Lucy Cascimiro da Silva

Orientador: Prof. Dr. Enio José Serra dos Santos



O negro e o livro didático.

Laís Lucy Cascimiro da Silva

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Enio José Serra dos Santos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 19 dias do mês de dezembro de 2019, na sala 242 da Faculdade de Educação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniu-se em sessão pública a Banca Examinadora da Monografia intitulada: *O negro e o livro didático: a representação da cultura e da história da população negra nos livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos* de autoria da graduanda Laís Lucy Cascimiro da Silva, DRE 112189861, do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A Banca foi constituída pelos professores: Marta Lima de Souza, Warley da Costa e Enio José Serra dos Santos, este na condição de orientador e presidente da sessão. Às 14 h, a sessão foi aberta, convidando-se a candidata a fazer breve exposição sobre a monografia em julgamento e concedendo-lhe o prazo máximo de 20 minutos. Finda a exposição, passou-se a palavra aos participantes da Banca Examinadora, esclarecendo-se que cada um deles dispunha de até 10 minutos para sua arguição e que a candidata dispunha do mesmo tempo para as respostas. Ao final da arguição, a Banca Examinadora analisou e decidiu reservadamente sobre a Monografia apresentada. A seguir, o presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a monografia aprovada com a nota 9,0 (nove). O presidente da Banca Examinadora deu por encerrada a sessão às 16 h. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que, lida, aprovada e assinada por todos os membros da Banca e pela candidata.

Enio José Serra dos Santos
Professor Orientador

Marta Lima de Souza
Professor examinador

Warley da Costa
Professor examinador

Laís Lucy Cascimiro da Silva
Candidata

Não se trata simplesmente de incluir os negros e integrá-los numa sociedade que secularmente os exclui e os desqualifica, mas oferecer uma educação que lhes permita assumirem-se como cidadãos autônomos, críticos e participativos.

Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.

Romanos 11:36

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus. Senhor, obrigada por me dar forças para prosseguir nessa

caminhada. Agradeço por ter sido meu sustento, meu refúgio e meu amigo em momentos difíceis e por suas glórias concedidas.

Agradeço aos meus pais, que têm sido meus melhores amigos e me sustentado nos dias em que pensei em desistir. Agradeço infinitamente ao meu filho, por ser minha maior motivação e força, que com seu amor me mostra quanta força eu tenho dentro de mim. Agradeço ao meu marido, Matheus, por todas as caronas, por assistir as aulas comigo, por me encorajar, por me inspirar e ser meu porto seguro, por aguentar meus finais de semana fazendo trabalho e me amar incondicionalmente.

Agradeço muito aos meus sogros por sempre acreditar em mim, por sempre estarem por perto, me incentivando, me dando amor, carinho e força. Obrigada por toda oração que vocês fizeram por mim. Sem vocês, eu não seria nada. Obrigada a minha família por sempre acreditar na minha educação e financiar os meus estudos, contribuindo para que hoje eu estivesse aqui.

Ao meu orientador Enio Serra, toda a minha gratidão e carinho. Sem sua ajuda, apoio, cuidado e motivação essa monografia com certeza não existiria. Muito obrigada por confiar em mim e estar junto em todos os momentos durante essa trajetória.

A todos os meus amigos que de certa forma contribuíram para que essa monografia existisse, me ajudando, conversando comigo, aguentando meus estresses e sempre me motivando para que eu não desistisse, meus agradecimentos.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 1 - CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EJA NO BRASIL..... | 9 |
| 1.1 – A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EJA NO BRASIL..... | 14 |
| 2 – LEI DE Nº 10.639/2003 NO CURRÍCULO ESCOLAR E SUA INFLUENCIA NA EJA..... | 16 |
| 3 – O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE PESQUISA..... | 21 |
| 3.1 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS COLEÇÕES “É BOM APRENDER” E “VIVER, APRENDER..... | 23 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 31 |
| REFERÊNCIAS..... | 33 |

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo geral compreender de que forma a história e a cultura da população negra é abordada, o que mudou e o que permanece nos livros didáticos de história direcionados à Educação de Jovens e Adultos a partir da implementação da Lei nº 10.639/2003. Para viabilizar a investigação, são analisados livros didáticos recomendados pelo PNLD-EJA nos anos de 2011 e 2014, usando como base empírica dois livros de ciências humanas destinados ao Primeiro Segmento do Ensino Fundamental: a Coleção “Viver, Aprender”, desenvolvida pela ONG Ação Educativa em parceria com a Global Editora, e a Coleção “É Bom Aprender”. A finalidade das análises é a identificação da abordagem utilizada por esses livros sobre a cultura e da história da população negra.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Livro Didático, Negro, História e Cultura Africanas, Lei 10.639.

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa se deu em um estágio obrigatório de Educação de Jovens e Adultos, ofertado pela Faculdade de Educação, licenciatura em Pedagogia da UFRJ, no ano de 2017. Tendo em vista que grande parte dos alunos era negra, veio o questionamento de como era abordada a história da cultura africana no currículo escolar.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma a história e a cultura da população negra é abordada, o que aparece nos livros didáticos de história direcionados à Educação de Jovens e Adultos a partir da implementação da Lei nº 10.639/2003. Busca portanto compreender de forma sistemática como se deu a história da EJA no Brasil com foco na produção de materiais didáticos, pesquisar e analisar a Lei nº 10.639/03 e investigar sua influência, de forma crítica, sobre o ensino de História e Cultura da África nos livros didáticos da EJA, a partir do PNLD de 2011 a 2014.

Embora tenha se passado mais de uma década da implementação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino e a valorização da História e Cultura africana e afro-brasileira nas escolas, é comum ainda encontrar nos livros didáticos imagens de negros ocupando lugares inferiores em relação ao branco, o que em muitos casos pode resultar em um sentimento de exclusão do aluno negro nas escolas. E pensando nas salas de aula de EJA, onde há um quantitativo grande de alunos negros, é ainda mais relevante ressaltar a importância do sequestro dos povos africanos para o Brasil e como essa cultura influenciou na construção da sociedade brasileira, na busca de fortalecimento de sua identidade e elevação da autoestima.

A pesquisa em questão contribui para que nós, educadores, possamos repensar de maneira contextualizada as práticas de ensino nas salas de aula, em especial, as salas de aula da EJA, considerando as metodologias e materiais didáticos visando o enriquecimento do diálogo e entre a história, cultura, relações étnico-raciais e a escola.

Ao observar as salas destinadas à EJA, notou-se a ampla proporção de alunos e alunas negras nas escolas e, em contraponto, a escassez de livros didáticos e materiais de apoio que enaltecem o negro na história do Brasil. E é muito importante ressaltar a importância desse grupo na história do país como uma reparação histórica. Segundo Gadotti e Romão (2007), a ótica para entender a Educação de Jovens e Adultos é a compreensão de que a EJA se move em direção à educação popular, portanto é necessário ter sensibilidade e compreensão dos educadores a respeito do que se entende como processo educativo para adultos, pois tal meio também diz respeito a um processo

político de construção de sujeitos e, do mesmo modo, permanentemente, é um meio de oferecer caminhos para que esses sujeitos ocupem seus lugares na sociedade.

Para viabilizar a investigação, recorreremos a uma pesquisa qualitativa, recorrendo à leitura de livros, artigos e autores que abordam o tema de forma ampla, clara e esclarecedora. Como principal eixo, será utilizada a Lei nº 10.639/03 para contrapor o que é esperado em lei e o que é encontrado como conteúdo nos livros didáticos. Quanto ao debate teórico, utilizaremos como principais autores Freire (2000), Paulo Mello e Silva (2015). Quanto aos procedimentos é realizada pesquisa documental, usando livros didáticos direcionados à EJA recomendados pelo PNLD 2011 e 2014, ofertados pelo MEC. As coleções selecionadas são: “É bom aprender – Educação de Jovens e Adultos” (São Paulo: FTD, 2009) e “Coleção Viver Aprender – Vivências e Diversidade” (São Paulo: Global : Ação Educativa, 2009).

Os critérios selecionados para a análise dos livros didáticos se pautaram em leituras prévias de outros trabalhos semelhantes e, percebendo que são utilizados de forma recorrente, foram escolhidos os seguintes eixos de investigação: conteúdo programático, atividades didáticas e recursos visuais. Tem-se em vista que todos esses critérios são fundamentais para a construção de um livro didático que atenda de forma ampla ao seu público alvo.

O primeiro passo para a análise desse material foi iniciar com uma contextualização de como se deu a história da EJA no Brasil entrelaçando-a com a história da inserção de materiais didáticos específicos. Analisou-se também o que propõe a Lei 10.639/03 a sua influência no currículo da EJA e, por fim, realizou-se uma análise simultânea das duas coleções selecionadas com base nos critérios já mencionados.

Capítulo 1

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Neste presente capítulo abordaremos a história contextualizada da Educação de Jovens e Adultos, modalidade tão subjugada e marginalizada diante das facetas sociais. Para isso, contaremos com o desdobramento dela mediante a lei que a ampara. Em seguida, faremos menção à história da produção dos materiais didáticos para a EJA no cenário brasileiro.

Já podemos perceber, mediante as nossas vivências e imaginário em Educação, o quanto a imagem da EJA ainda é associada ao antigo supletivo e como isso se atrela ao movimento de menor sistematização do conhecimento a estes sujeitos tão potenciais por suas experiências vivenciadas cotidianamente. A Educação de Jovens e Adultos traça um movimento de lutas e incertezas ao longo do processo de crescimento no Brasil, além de trazer características específicas dos sujeitos que a frequentam como uma possibilidade de reaver os estudos e completá-los a fim de dar-lhes “um futuro melhor”, uma “nova visão”, pois muitos pensam que não ler nem escrever são sinônimos de ser “cego” diante da realidade vivenciada socialmente. Isso se dá através de diversos rótulos e estigmas impostos a estes sujeitos que circulam na sociedade em busca de uma colocação enquanto pessoas, enquanto profissionais e até mesmo enquanto discentes.

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos vem marcada pelo menosprezo e abandono das autoridades competentes, pois pensar em educação de adultos, como inicialmente pensada, é perder tempo com uma parcela da população considerada a base da operação no país. Sendo assim, providenciar políticas e práticas pensantes para essa classe trabalhadora, poderia ser um sinal de rebeldia e revolução por parte dos mesmos a partir do momento em que optassem por esta educação libertadora e quebradora de paradigmas sociais dominantes aos quais eram já submetidos esses trabalhadores. Ademais, por qual motivo esbanjar tempo e dinheiro formando homens e mulheres adultos já inseridos no mercado de trabalho? Ideal é manter o padrão da idade certa e formar os sujeitos sociais a partir da proposta da Educação Básica.

Tendo por base as discussões e defesas pela EJA no Brasil e também do movimento realizado pelos educadores que traziam à tona essa questão a fim de torná-la política pública, os Fóruns de EJA e os Conselhos Estaduais de Educação levantaram essa

necessidade ao Conselho Nacional da Educação a fim de trazer um outro significado para essa história marcada por adultos pobres, marginalizados, analfabetos e que, à época, traziam prejuízos financeiros e sociais para a Nação. Para tanto, o Parecer CNE/CEB n. 11/2000 a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/1996, era uma exigência da LDB de 1996 e assim como todas as outras modalidades e níveis de ensino tiveram que se regulamentar a LDB através de suas respectivas DCNs, a EJA também precisou fazer o mesmo, por meio de esse parecer, que é, na verdade as DCNEJA.

Acresce que pensar a EJA por esse viés legal ampara os trabalhos desenvolvidos ao longo do século que perpassa os caminhos da Educação e não permitem o realce dessa modalidade, pelo contrário, torna a visibilidade e luta aumentada a fim de propiciar ao jovem e ao adulto um conhecimento de mundo produzido por si mesmos, apresentando também sentidos próprios, instituindo pertencimento aos espaços que circulam e ocupam na sociedade. É importante entender o reconhecimento de direito à educação aos jovens e adultos na EJA e não um favor direcionado através do educador. Formar o sujeito na sua dimensão humana é entender o quanto essa história de luta e invalidação de desejos a serem alcançados configura o viés burguês como imperioso na oferta dessa educação. Por este motivo, manter-se firme no movimento das discussões dessa política na linha de igualdade de direitos, de oportunidades, justiça e condições sociais é desenhar a Educação de Jovens e Adultos em seu desenvolvimento social.

A Educação de Jovens e Adultos tem um marcador muito forte de segregação e exclusão social apontado como um fator que dispersou essa modalidade de ensino em muitos níveis que serão abordados neste texto de maneira concisa, porém detalhada de acordo com os documentos que pautam essa versão mencionada da EJA.

É importante ressaltar o quanto a Educação de Jovens e Adultos passou por um momento de reestruturações com a sua implantação, pois na previsão legal mantém-se o determinante “igualdade” já que na prática social o movimento é outro, o de simples abandono descaso com esses jovens e adultos que necessitam não tão somente do diploma, mas necessitam dos seus direitos garantidos e um deles é o direito à educação que produz criticidade, mentes abertas e um diálogo interacionista dos sujeitos com o meio em que vivem.

Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Esclarecemos que, a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº11/2000, na Resolução CNE/CEB Nº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e acordos internacionais. (BRAGA, 2009)

Por isso, pensar a Educação de Jovens e Adultos é se pautar essencialmente no que dizem os documentos nacionais acerca da modalidade de ensino e por isso é preciso que nos debruçemos sobre essa modalidade a fim de dar respostas precisas à sociedade de maneira direta quando garantimos os direitos dos Jovens e Adultos presentes em nossa sala de aula e por vezes estigmatizados por alguns docentes. É um grande marco que podemos considerar levando em consideração essa gama de direitos que ampara essa modalidade é a percepção da LDB quando se trata da Educação de Jovens e Adultos desvinculada do supletivo, modalidade que anteriormente fazia parte da nomenclatura de EJA.

Discorrer sobre a EJA sempre é um grande desafio para quem se propõe a debruçar-se sobre esse tema. Tem uma gama de complexidades que atravessam essa modalidade de maneira a recair até mesmo nos materiais didáticos pouco representativos para as idades tão diversas que encontramos em salas da Educação de Jovens e Adultos e pouco conveniente para o manuseio desses sujeitos. Nos 1960, veio à tona esse debate posicionado enquanto o lugar da EJA na Educação.

Então, as políticas públicas foram ganhando espaço a fim de manter, auxiliar, permanecer na sala de aula a fim de dar largas aos movimentos implementados para concretizar a EJA como modalidade de ensino, como num movimento de dialogicidade e interação a fim de fomentar, sobretudo os cuidados que ele recebeu dos familiares em sentido de carinho e diálogo.

Nesse sentido, surge o material didático (PNLD - EJA, 2007) para dar conta das demandas apresentadas, para tentar mediar um a aprendizagem do aluno e do professor. Além de ser implementada uma ação a fim de promover a formação de todos os educadores que passaram pela EJA e vivenciaram cada experiência do material didático junto a esta modalidade.

Logo, vão ter cogitações, conflitos, pois o perpasso da EJA e suas complexidades pedagógicas procuram dar conta de todos os conflitos externos e internos que nos interrompem nesse processo.

Se faz necessário afirmar a EJA como um direito de todos aqueles que tiveram a educação negada durante tanto tempo e por muitas vezes nem mencionada nas discussões

apontadas em educação. Contudo, sempre existiu um movimento de resistência onde a Educação de Jovens e Adultos não era reduzida ao Supletivo, a uma substituição do Ensino Regular e sim era mantida como uma força atuante de sujeitos sociais em busca de seu espaço e lugar de pertença na sociedade fora dos contextos que os impunham a seguir. Desta forma, em 1996, traça-se um novo perfil para a EJA trazendo consigo uma força de lei que revoga o Ensino Supletivo e torna a Educação de Jovens e Adultos uma modalidade da Educação Básica, de ensino fundamental e médio. E eis que esta surge através da Lei n. 9394/1996, sendo respeitada na sua forma de ser e tendo os estudantes com equiparação aos estudantes do ensino regular. Em contrapartida, com a Emenda Constitucional n. 14/1996 as matrículas da EJA foram retiradas do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o que nos faz refletir sobre a desconformidade com o express na LDB.

A Resolução CNE/CEB n. 01/2000 vem trazer um “modelo pedagógico próprio” à Educação de Jovens e Adultos, garantindo:

- [...] I – quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;
- II – quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;
- III – quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades, próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (RESOLUÇÃO CNE/CEB N.01/2000, ART 5º)

No Plano Nacional de Educacional (2014-2024), a EJA é tratada de maneira a validar, e no que isso demandaria para as secretarias de educação, a população que a modalidade atende, os espaços em que ela atua, infraestrutura, reconhecimento, valorização, localidades, atendimentos aos sujeitos da EJA a distância ou certificação por exames, financiamento. Perceber o movimento que se criou a partir da força da lei só nos faz entender o quão importante para cada sujeito se faz a nossa atuação enquanto educadores ao abraçar essa causa de luta e resistência. A Educação de Jovens e Adultos nunca foi um movimento fácil de ser articulado, nem ao menos tem sido no contexto

atual, pelo contrário, para cada incerteza e veto, temos um Fórum se levantando para fazer valer o que já foi convencionado anteriormente.

Assegurar os direitos dos sujeitos da EJA é assegurar a Educação como um todo, pois se avaliarmos bem o movimento do magistério em defesa a ela notaremos o quanto está embutida a determinação por respostas em relação às condições criadas para o estudo desse sujeito da EJA, às estruturas ofertadas a fim de que ele permaneça, não gerando um processo de evasão escolar. Não estamos na Educação de Jovens e Adultos para fazer um “favor social”, mas sim para garantir o direito que lhes foi negado outrora. E diante de tantos questionamentos, reuniões, discussões e debates, o Parecer n. 11/2000 redesenha a Educação de Jovens e Adultos como “modalidade de educação básica nas etapas de ensino fundamental e médio”, deixando de lado a característica de Ensino Supletivo.

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso, é de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, 2000. p.5)

Por isso, é importante repensar a EJA muito mais do que uma simples modalidade que compõe a educação básica, mas sim pensá-la conforme os sujeitos que adentram as nossas salas de aula para buscarem um novo sentido, uma nova maneira de ver o mundo, uma nova forma de desenvolver um olhar crítico diante da vida, um caminho de mudança, de esperança e alterações do que passou em sua existência. A Educação de Jovens e Adultos possui funções primordiais para que possamos compreender o contexto histórico nesse processo educacional onde a luta e a resistência são marcas de indagações acerca da manutenção e financiamento para esta modalidade.

Conforme o Parecer CNE/CEB 11/2000, a EJA possui uma função reparadora, onde é preciso se pensar sobre a dívida histórica do Brasil com os sujeitos que a compõem. Faz-se um movimento de restauração de um direito negado a essa população que não conseguiu dar continuidade aos seus estudos. Já na função equalizadora, vão ser pensados os processos escolares que possam dar conta das especificidades apresentadas por esses sujeitos a fim de não gerar desigualdades, mas equalizar as diferenças, ofertar uma “reparação corretiva”. E a função qualificadora dará conta de garantir o direito ao aprendizado ao longo da vida, seguindo seu desenvolvimento e suas marcas através de jovens, adultos e idosos.

Contribuindo ainda com essas funções, temos as contribuições de Paulo Freire nesses processos, principalmente de alfabetização, levando sempre em conta a vivência do sujeito como principal ator da sala de aula, garantindo assim que suas experiências mescladas com o conteúdo desenvolvido trouxessem caminhos de clareza para além de inserir este educando no mercado de trabalho. E por conta disso, o docente precisa ter “um método que seja ativo, dialógico, crítico e criticista” (FREIRE, 1979, p.39). Se não há interação, não há dialogicidade, como garantir a este sujeito a formação completa regida pelas dimensões humanas específicas no processo escolar/educacional?

Por este motivo, é importante não somente trazer Paulo Freire como uma marca desse processo de construção da leitura e da escrita, assim como trazer diversas experiências que os façam se ver como pertencentes a este papel de educandos, discentes, alunos, ou como queiramos chamar. O mais importante é entender os ensinamentos e práticas de Freire como um marco para a Educação de Jovens e Adultos. De fato, se levarmos em consideração o quanto o contexto histórico marca uma grande revolução no caminho da EJA, podemos compreender cada um daqueles que se dispõem também a estar em nossas salas de aula transformando a nossa forma de ensinar, assim como estamos contribuindo com a forma de pensar de cada um deles.

1.1 A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A EJA NO BRASIL

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi um período de lutas para a educação de jovens e adultos em função do surgimento dos fóruns (1996), da cobrança de outros movimentos sociais e algumas iniciativas do então governo, muito em função da legislação que cobrava isso, a fim de assegurar os direitos já obtidos por essa categoria. Segundo Mello (2015), nos meados de 1997 e 2002, o governo e o Fundo Nacional de Educação passaram a ser responsáveis por apoiar financeiramente a União aos Estados e municípios para os programas relacionados ao ensino fundamental de jovens e adultos.

Nesse contexto, a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – COEJA, no Ministério da Educação, desenvolveu uma série de iniciativas voltadas à reformulação de referenciais curriculares, disseminação de materiais didáticos e implantação de um programa de formação de educadores das redes de escolas estaduais e municipais. (MELLO, 2015 p.83)

O autor afirma que, diante disso, todo o movimento do governo de FHC de repensar a educação para jovens e adultos, posteriormente serviu como base para em

seguida a criação de propostas curriculares e didáticas para a modalidade. A elaboração de materiais didáticos efetivamente ocorreu depois do ano de 2002, ainda que a iniciativa tivesse sido dada em 1990, com propostas criadas para o primeiro segmento da EJA, já passando parte de sua formulação pelo Exame Nacional De Certificação e Competências da EJA (ENCCEJA).

Os governos Lula, após FHC também com Alfa Sol, posteriormente, viriam a pensar maneiras de, segundo Mello (2015), enfrentar a questão do analfabetismo no país, criando programas e ações que visam erradicar o analfabetismo. Dentro desse contexto, a União dividiu-se com o MEC para propor materiais didáticos destinados à EJA, tendo como princípios básicos a interdisciplinalidade e a flexibilidade.

A criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA, em 2007 (Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007), no âmbito do PBA, representa um momento de inflexão da política de materiais didáticos até então implementada, ao incluir a EJA no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, ainda que, naquele momento, atendendo apenas ao segmento de alfabetização. (MELLO, 2015 p. 88)

O autor destaca que o objetivo principal dessa política de materiais didáticos voltados para a Educação de Jovens e Adultos é a compra e distribuição de materiais didáticos em prol do benefício de grandes editoras. Após a extinção do PNLA, em 2009, houve a incorporação de um programa mais amplo, o PNLD-EJA, que distribui as obras didáticas para todas as escolas públicas com turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental da EJA e que em 2014 se torna ainda mais importante, pois passa atender desde a alfabetização até o Ensino Médio. Ressalte-se que a finalidade principal desse programa perpassa a distribuição das obras, mas define padrões de qualidade para as obras produzidas, com foco em atividades que considerem as especificidades que a aprendizagem do público adulto demanda.

Para além do cenário político e todas as medidas que foram tomadas ao longo do governo FHC e Lula, Mello (2015) levanta em sua obra a importância que o material didático apresenta na EJA, quando este recurso leva em consideração as diversidades culturais e peculiaridades que o público alvo demanda. Por se tratar de uma classe de jovens e adultos, o autor afirma que o conteúdo deve abordar temas que dialoguem com as experiências e aprendizagem que esses sujeitos já carregam em sua trajetória de vida. Em suma, o autor sugere que o bom livro didático auxilia no processo de ensino-aprendizagem e realiza um diálogo com diversas abordagens pedagógicas.

Por isso, é significativo pensar o material didático desses sujeitos, analisar e pesquisar como se deu a estrutura desse, quais são as personagens que compõem esse processo e por qual motivo determinados personagens foram retirados desse contexto. Tudo isso é pensado e repensado em conformidade com os traços de nossos educandos a fim de garantirmos para eles um novo movimento a partir do seu processo escolar na Educação de Jovens e Adultos.

Capítulo 2

LEI N° 10.639/2003 NO CURRÍCULO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os negros têm lutado pelo seu lugar em nosso país como igual. Ao serem libertos sem moradia e trabalho, diversas entidades principalmente na Bahia foram criadas ao longo desse período para que os negros pudessem ter um suporte adequado, como educação, saúde e vida digna.

Com isso, o Brasil continuou a ser fortemente impactado pela cultura negra, e consequentemente também sendo modificado, ou melhor reconstruído. O país se tornou uma mistura de classes, e isso se acentuou com o fim da escravidão, sendo influenciado diretamente pelos afro-brasileiros, e é como vemos hoje, uma mescla de cores, cultura e diferenças que torna o Brasil o que ele é.

Um exemplo importante são as escolas de samba, não esquecendo que houve muita manifestação relevante antes disso, que surgiram como fonte de entretenimento e reconhecimento da existência dos negros em nossa sociedade. Em muitas ocasiões combatem o racismo e pregam a igualdade em muitos de seus hinos, ganhando aos poucos o respeito e visibilidade.

Muitos fatos antecedem a Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, como a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, e no ano seguinte os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), que continham a forma com que os estudantes poderiam exercer de forma plena a ética e cidadania, surgindo através deles os temas transversais que incluíam a ética, saúde, pluralidade cultural, trabalho, orientação sexual, meio ambiente e consumo. Questões necessárias para que uma pessoa possa conviver em sociedade, os temas transversais destacam a existência de outras culturas que circulam no país e reconhecem que as mesmas devem ser ensinadas, respeitadas e exploradas. Segundo o documento,

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de

diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL, 2000, p. 32)

Mas, mesmo dessa forma não fica clara a importância de se trabalhar a cultura africana em sala de aula e sim todos os tipos de culturas. Não há nada explícito sobre o negro no Brasil. E por isso a luta para esse reconhecimento permaneceu.

Sabemos que nos dias atuais muito se ouve falar sobre preconceito racial e ainda que seja constantemente dito que tal ato seja crime, é algo que acontece diante dos nossos olhos. Isso mostra que de fato nossa sociedade necessita de uma educação básica sobre respeito e valorização, sobre a história africana e negra que tanto influenciou e influencia nossa cultura. Pensando dessa forma, em 2003, foi sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História Africana e sua cultura no ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares.

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsável de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2006, p.15)

Munanga (2006 apud CAVALLEIRO, 2006) afirma que vivemos em um país onde as causas mais importantes, como a luta contra o racismo, são combatidas no sigilo para que a população não tenha o conhecimento sobre o que realmente vem acontecendo no dia a dia do negro.

Não foi ao acaso que esta lei foi criada, a própria constituição já vinha lutando para que os negros fossem respeitados perante o governo e a população. Em 1995 o poder público começou a “abrir os olhos” para a luta que os negros enfrentavam contra o racismo e a marcha Zumbi dos Palmares que aconteceu em Brasília, foi essencial para que o governo se atentasse ainda mais para a discriminação racial que acontecia. No ano seguinte, 1996 foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH que constava uma série de metas para combater o racismo, divididas em ações pensadas à curto, médio e longo prazo. Vale destacar três propostas estabelecidas pelo programa, relacionadas à educação, sendo elas;

Desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta. Estimular que os livros didáticos enfatizem a história e as lutas do povo negro na construção do nosso país, eliminando estereótipos e discriminações. Facilitar a discussão e a articulação entre as entidades da comunidade negra e os diferentes setores do Governo, para desenvolver planos de ação e estratégias na valorização da comunidade negra. (BRASIL, 1996. p. 30 e 31)

Após isso, a lei Nº 259, foi escrita em 1999, que precede o projeto criado por Ester Grossi e Bem-Hur Ferreira, que eram os parlamentares na época. Sendo trazida novamente pelos senadores Paulo Paim e a senadora Benedita da Silva, segundo Freitas (2010). O autor diz que a lei teve uma aprovação relativamente rápida (4 anos) se comparada com as demais que o governo analisa antes de sancionar. A lei diz:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...] Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Exige-se então a obrigatoriedade do estudo da história africana no currículo escolar, assim, teoricamente, os alunos passarão a obter conhecimentos sobre a cultura africana e afro-brasileira e não somente fatos sobre a forma com que os negros vieram para o Brasil. Será estudada a história da África, a luta do negro no Brasil, que foi e continua sendo grande, a cultura negra brasileira e a contribuição do negro na formação da sociedade nacional.

Sabemos que assim como muitas leis existentes no Brasil, essa também é uma que precisa de constante inspeção para que seja cumprida de maneira eficaz e real, pois certamente é uma arma de combate efetivo contra o racismo, pois tendo conhecimento da importância do negro e o impacto que gerou e continua gerando sua cultura em nossa sociedade, espera-se que gere o respeito dos mesmos.

Para que esse conteúdo seja aplicado de forma eficiente, não se faz necessária a criação de uma nova disciplina e sim que esse conteúdo seja incluído nas já existentes, sendo a educação artística, literatura e história, mencionadas na lei como obrigatoriedade,

mas não impedindo que seja abordado em outras disciplinas, como geografia, matemática...

Costa (2007) diz que para conhecermos a história do Brasil, é preciso conhecer a história do negro, a cultura negra e branca não se desprendem no decorrer do desenvolvimento brasileiro. As culturas se hibridizaram influenciando umas as outras, entretanto mantiveram suas características distintas e essa exclusão da cultura negra apenas reafirmava o racismo no Brasil, sendo mais do que necessária a criação e implementação dessa lei.

No dia 10 de novembro de 2011, a então Presidenta da República Dilma Rousseff, sanciona a lei que institui o dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares como o dia da consciência negra. Data de extrema importância para que a luta negra fosse lembrada e discutida nas escolas, sendo uma forma de não deixar cair no esquecimento tudo o que o negro enfrentou no país. Mas claramente não devemos depender somente desta data para que seja realizada essa conscientização, pois

[...] o objetivo desses atos é promover alterações positivas na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa, igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (BRASIL, 2004, p.8).

No Brasil, há um número altíssimo de pessoas que não concluíram seus estudos no momento adequado por diversos fatores externos e internos. Entre elas destacam-se principalmente os indígenas e as mulheres negras. Esses cidadãos são o grupo que quando buscam retomar seus estudos encontram dificuldades na educação plena de conteúdo perdido. Com isso o governo criou leis e políticas públicas para atenderem a essa demanda que só cresce no país.

Se todas as pessoas que decidem ingressar novamente na escola a fim de recuperar o tempo perdido possuem os mesmos direitos de quem cursa a escola no ensino regular, logo todo o cidadão necessita também do conhecimento da cultura africana em seu currículo educacional, na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Afinal, os sujeitos da EJA são pessoas que estão tendo o primeiro contato com a escola ou retornando ao conteúdo escolar depois de muitos anos. A Resolução 11/2000 diz que:

[...] dever-se-á fomentar e intensificar na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária.

Reafirmando o que foi dito, é de direito do cidadão que não teve acesso à escola na idade devida, que aprenda com os mesmos princípios legais como é feito no ensino regular. Pereira (2011) diz:

[...] Na concepção de Paulo Freire o educando e educador devem interagir, numa busca pelo diálogo e a formação crítica, levando em consideração a cultura, os acontecimentos, ou seja, trabalhar o processo de ensino e aprendizagem ligado a realidade do aluno, para a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade. (PEREIRA, 2011, p. 25)

Se a cultura africana faz parte do nosso dia a dia, entende-se que a mesma, assim como é feito no ensino fundamental e médio, também deve ser abordada no EJA, para que esses jovens e adultos também compreendam a importância do respeito e valorização da cultura negra no Brasil.

Paulo Freire muito lutou pela qualidade do ensino de jovens e adultos no Brasil, e infelizmente ainda há muito que melhorar e mesmo os governos anteriores ao governo vigente, estipulando leis para que esse ensino seja qualitativo, ainda há muitas instituições que afirmam que para um cidadão ser incluído em uma sociedade é preciso apenas aprender a matemática e o português, abstando o direito do jovem e adulto de expandir seus conhecimentos sobre a história no nosso país, pois certamente se esse ensino fosse feito de forma efetiva como está proposto em lei, o racismo no Brasil seria combatido pois o impacto seria maior.

Não são muitas as escolas que oferecem a educação EJA de forma plena e qualitativa, mas o Estado já impõe que essa educação seja feita da forma mais digna e ampla possível, sendo assim, cabe aos futuros educadores que garantam e lutem para que o ensino da cultura afro-brasileira nesse segmento seja dado de forma que atenda o que está previsto em Lei. Fazendo referência ao que foi dito, Brasil (2014) reafirma o direito do Jovem e do adulto ter acesso a um currículo diversificado e adequado que atenda às peculiaridades e características desses estudantes. Que mesmo já formados e com uma grande bagagem de vida, essas pessoas possam ter um olhar novo diante da história africana e aprendam a respeitá-la e apreciá-la como deve ser feito e está proposto por lei.

Capítulo 3

O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE EJA

Neste capítulo trataremos da análise dos conteúdos dispostos nos livros didáticos previamente selecionados. Na primeira parte apresentaremos as coleções selecionadas e detalharemos sua forma e conteúdo. Na segunda parte, trataremos de analisar as coleções “É bom aprender. Educação de Jovens e Adultos – Volume 2” e “Coleção Viver, Aprender. Vivências e Diversidades – Volume 2”, a partir dos eixos selecionados e, como foco principal, entenderemos como essas coleções se referem ao negro na História do Brasil. Para a pesquisa, houve a análise de duas coleções, sendo elas pertencentes ao PNLD de 2011 e 2014, ambas destinadas à Educação de Jovens e Adultos. O critério para a seleção dos livros foi selecionar um livro produzido por uma entidade que, antes da criação do PNLD, já trabalhava com materiais didáticos para EJA e uma editora que não produzia esse tipo de materiais.

A coleção “Viver, aprender” dispõe para o 1º segmento, 1 volume de alfabetização e 3 volumes multidisciplinares. Sendo eles: Volume 1 – Cultura, escrita, trabalho e cotidiano. Volume 2 – Vivências e diversidade. Volume 3 – Direitos e participação.

A primeira coleção didática a ser pesquisada e analisada (coleção 1) é intitulada “É Bom Aprender. Educação de Jovens e Adultos – volume 2”, coleção multidisciplinar referente ao primeiro segmento da EJA de ensino fundamental, publicada pela editora FTD, apresentando a seguinte organização por áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Artes. Seguindo o critério de seleção previamente estabelecido, o objeto de estudo selecionado é a área de conhecimento História, explorando a unidade 2 referente ao conteúdo “Africanos no Brasil”. Os eixos analisados serão: conteúdo, atividades e recursos visuais.

Os autores e formação acadêmica dessa área são respectivamente Thatiane Tomal Pinela Bruzaroschi, graduada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), professora de Ensino Fundamental, e Liz Andréia Giaretta, mestra em Geografia pela

Unesp (Rio Claro – SP) e especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Observando as autoras responsáveis pela idealização da unidade e suas respectivas formações, é crucial levantar as seguintes questões: por se tratar de uma unidade referente ao conteúdo de História, não se faz necessária à colaboração de um sujeito formado em história para auxiliar na preparação do capítulo? Será que a ausência de um historiador será refletida na forma de conduzir as unidades?

Toda a forma de apresentação e organização de um livro didático, isto é, sua forma física, é um item relevante a ser analisado. No início da avaliação do livro, foi constatado que além das informações básicas e obrigatórias presentes na capa, como o título do livro, edição, autores, área de conhecimento, segmento, volume, coleção e código do livro, a capa apresenta recortes com diversos sujeitos retratados, podendo ser considerado um aspecto positivo, pois realiza uma boa caracterização da diversidade cultural e social que a modalidade EJA atende.

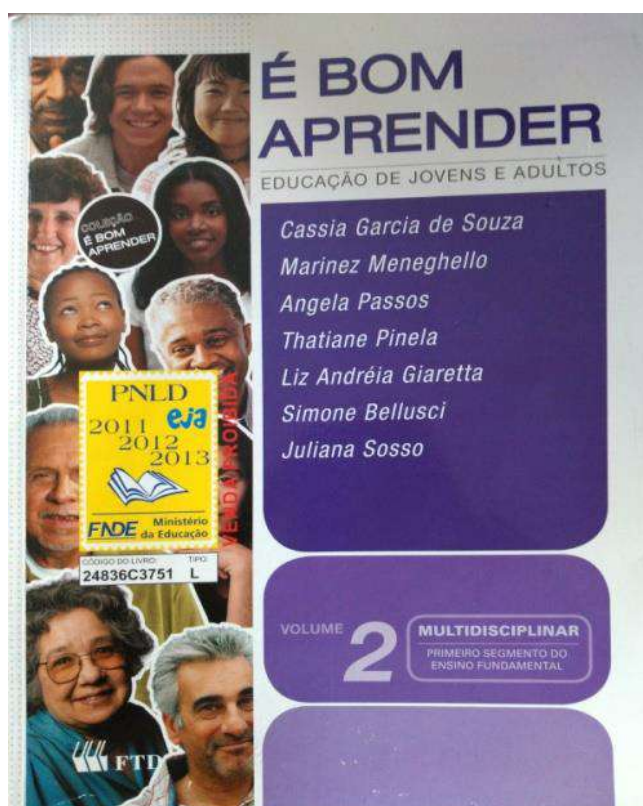


Figura 1 – Capa da Coleção “É bom aprender. Educação de Jovens e Adultos – volume 2”.

Fonte: acervo pessoal

O segundo livro pesquisado e analisado (coleção 2) é intitulado “Coleção Viver e Aprender. Vivências e Diversidades – volume 2, coleção também multidisciplinar referente ao primeiro segmento da EJA do Ensino Fundamental, publicada pela Editora Global, apresentando a seguinte organização por eixos: Identidade e Diversidade Cultural,

Crescimento e Desenvolvimento Humano, Viver em Cidade e Sexualidade. A coleção foi selecionada por uma questão de facilidade de conseguir o material para a pesquisa. Tendo em vista que os livros didáticos oferecidos para a EJA não foram simples de encontrar. Seguindo um critério de seleção previamente estabelecido e com intuito de analisar a abordagem que o livro apresenta sobre a questão da história e cultura africana, foi selecionado o eixo 1, especificamente, item 7: “Os povos africanos e a invenção do Brasil”, que é composto por 8 páginas.

Uma curiosidade sobre a coleção em questão é se tratar de um material que foi elaborado pela ONG Ação Educativa em parceria com a Editora Global. Entretanto, antes da parceria acontecer, a ONG já elaborava materiais destinados ao público da EJA. Os autores responsáveis pela elaboração do livro são: Clecio dos Santos Bunzen Jr., Márcia R. S. Mendonça, Maria Amábil Mansutti, Marina Marcos Valadão, Roberto Catelli Jr. e Roberto Giansanti. Por se tratar de um livro multidisciplinar, os eixos são todos organizados de modo que não se pode separar por áreas do conhecimento.

Considerando a forma do livro didático, é importante ressaltar aos detalhes presentes na capa, que além de todo o conceito básico de título, autores, coleção, volume, editora e segmento é a pluralidade dos personagens e da cultura brasileira representada por meio dos sujeitos e objetos retratados que chama a atenção. Os três pontos de análise serão: conteúdo, atividades e recursos visuais.



Figura 2 – Capa da Coleção “Viver e Aprender, volume 1”.
Fonte: acervo pessoal.

3.1 ANÁLISE COMPARATIVA DAS COLEÇÕES

Conteúdo:

Com relação ao ensino de História da cultura africana, vejamos o que sugere a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2004), organizada pelo MEC, que orienta, organiza e articula o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas em todas as redes de ensino do Brasil.

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. (BRASIL, 2013. p.499)

Mediante isso, o que se espera do material didático destinado à EJA, que em sua maioria é constituído por alunos negros, é que haja uma adequação do conteúdo, pensando no público que compartilhará daquele conhecimento, para que ocorra uma identificação do sujeito com o material trabalhado e uma conscientização sobre a contribuição social e cultural que alguns povos africanos proporcionaram no processo de formação da sociedade brasileira e como esse processo histórico influencia a nossa organização social ainda hoje.

A princípio, no que diz respeito ao conteúdo do LD, o que foi percebido em ambas as coleções é o escasso espaço reservado para o conteúdo de história e especificamente o ensino e história da cultura africana e afro-brasileira. Na coleção 1, a parte onde abriga o conteúdo de História dispõe de 20 páginas, sendo dividida em 17 partes, sendo elas tópicos e subtópicos, organizados respectivamente como: As sociedades africanas,

Diferentes reinos africanos, A moradia dos povos africanos, O comércio de pessoas, O trabalho nos engenhos, O dia a dia na senzala, A escravidão nas minas, A migração para as regiões das minas, O trabalho nas minas, Comprando a liberdade, A conjuração mineira, Escravos nas cidades, Resistência à escravidão, O quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares, O fim da escravidão, Leis contra a escravidão.

A coleção 2 dispõe de apenas 8 páginas, do total de 352 páginas, onde abriga o conteúdo de História, de um total de , o que a nosso ver é um espaço pequeno para a quantidade e complexidade do assunto em questão. Entretanto, o que me chama atenção ainda no sumário é o título selecionado para o eixo: *Identidade e diversidade cultural*, que reafirma a importância, logo no início, da história e da cultura da África como parte da identidade nacional. O módulo perpassa por temas como: a chegada dos povos africanos e a invenção do Brasil, a língua e a herança cultural que se perpetua por gerações, o fim da escravidão e o preconceito e biografia de personalidades negras que marcaram gerações.

Quanto ao conteúdo analisado na coleção 1, de forma geral, é possível observar uma superficialidade nos textos informativos sobre todos os tópicos abordados, é importante enfatizar a ausência de um texto base, explicativo e contextualizado no início da unidade 2, “Africanos no Brasil”, onde deveria haver um apanhado histórico detalhando o sequestro dos africanos no Brasil. Entretanto, o texto presente na unidade se limita a: “Além de escravizar os indígenas, por volta do ano de 1550 os portugueses começaram a trazer outras pessoas para trabalhar neste território como escravos.” (É bom aprender. Souza. et al., ano 2009, p. 290). Esse trecho nos leva a pensar sobre o modo como a coleção explicitamente veicula a imagem do negro enquanto escravo, e não faz nenhum tipo de menção à história da África nem a negros.

Seguindo com a investigação do livro, outro aspecto expressivo a ser considerado é a ausência total de tópicos destinados à cultura africana em sua pluralidade, língua, vestuário, costumes, produções artísticas e participação social. Ressaltando a importância de lembrar que a população negra no Brasil é pertencente a diversas culturas oriundas, em grande parte, de diferentes povos africanos, tendo em vista que os negros brasileiros se inserem em diferentes culturas regionais.

Em contraponto, a coleção 2 é rica em textos contextualizados, que conversam com o público adulto e apresentam um aprofundamento necessário nos assuntos abordados. Toda a exemplificação será disposta no tópico “atividades”. Outro ponto interessante é a abordagem que o livro apresenta quanto à chegada dos povos africanos ao Brasil, como “povos africanos que vieram para o Brasil e chegaram aqui para trabalhar

como escravos” (BUNZEN JR et al., ano 2009, p. 62). Segundo Cunha (1997), não é possível conhecer a História do Brasil desprezando o conhecimento da história dos povos que deram início à sociedade brasileira.

A cultura africana também se mostra presente na coleção 2, o que não ocorre na coleção 1, em tópicos como, alimentação, festas, danças, músicas e personalidades. Os tópicos não são abordados de modo aprofundado, porém, fazem referência às comidas, danças e religiões populares no Brasil atualmente, mostrando a origem de alguns elementos que, em muitos casos, não se sabe ser oriundos da África. O conteúdo aborda a biografia de personalidades negras que assumiram papel de destaque em nossa sociedade ao longo da história e cita exemplos como Grande Otelo (1915-1993), Milton Santos (1926-2001), Pixinguinha (1898-1973) e Tia Ciata (1854-1929). A coleção 1 não realiza menção às referências mais atuais, apresenta apenas um herói e líder negro, fazendo breve menção ao Zumbi dos Palmares, como principal liderança negra. O pequeno texto descritivo se limita apenas a contar sobre vida e morte de Zumbi e relata seu governo no quilombo de forma sucinta, destacando o dia da sua morte como o Dia da Consciência Negra.

Ainda que a coleção 1 apresente uma parcela maior de espaço destinado ao ensino da História, o que é apresentado não se trata de textos aprofundados e contextualizados, o que nos leva a pensar em como a forma de abordagem, em muitos casos, é mais importante do que a quantidade de tempo que é destinado para um assunto em questão. O que foi observado na obra em que o espaço destinado ao tema é menor é que todo o conteúdo é pensado para ser diversificado e significativo, levando o leitor a uma viagem histórica de e uma análise crítica sobre a história e a construção da nação brasileira.

Atividades:

No que diz respeito às atividades, a coleção 1 analisada não apresenta exercícios contextualizados e que priorizem a problematização, levando os alunos à reflexões profundas e significativas. No Parecer CNE/CEB n. 11/2000, encontramos a seguinte observação:

Os conteúdos curriculares destinados (...) aos anos iniciais do ensino fundamental serão tratados em níveis de abrangência e complexidade necessários à (re)significação de conhecimentos e valores, nas situações em que são (des)construídos/(re)construídos por crianças, jovens e adultos. (BRASIL, p. 57)

Ao longo da unidade, observa-se que há uma porcentagem significativa de atividades que são mecânicas e repetitivas. Dando ênfase em questões de múltipla escolha e perguntas com respostas “prontas”, presentes nos textos informativos, o que não favorece a criatividade, reflexão e estratégias pessoais dos alunos nas resoluções. Tal fato se contrapõe à coleção 2 no que diz respeito às atividades propostas, pois alguns pontos se destacam de modo expressivo e positivos em exercícios propostos, valorizando a prática de roda, diálogo, relação com o cotidiano, conhecimentos prévios e a resignificação da relação professor-aluno, pondo o discente no centro do processo. LaKomy (2008), ressalta a importância do professor a estimular o desenvolvimento cognitivo do aluno e seu processo de ensino-aprendizagem, de forma que se torne a aprendizagem mais significativa, produtiva e duradoura.

Vale salientar que nas primeiras páginas da coleção “É bom aprender”, os editores afirmam “que a coleção deve contribuir para a formação pessoal e profissional e, também, que você adquira maior autonomia em sua aprendizagem” (p.5). Porém, essa afirmação não se confirma com a apresentação das atividades propostas, pois durante as análises realizadas, o que foi encontrado são exercícios com lacunas que não estimulam a tarefa do pensar, contextualizar e relacionar com suas práticas cotidianas. Ainda repensando o comentário dos editores acima, como o educando desenvolverá autonomia se a abordagem utilizada não viabiliza esse processo?

Freire nos ajuda a pensar sobre autonomia e a necessidade de proporcionar ao educando a possibilidade de ser o centro do processo de ensino aprendizagem.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. (FREIRE, 2000. p. 46)

Na sociedade em que vivemos hoje, é relevante salientar a necessidade de uma educação diversificada, que direcione seus educandos para a vida, em seus diversos sentidos e que prepare seus alunos para serem cidadãos. Quando essa educação é pensada para o público da EJA, um cuidado ainda maior deve ser tomado, pois não se pode desconsiderar os papéis que esses sujeitos já desempenham na sociedade e como chegam às salas de aula carregados de conhecimentos prévios. Por isso, a necessidade de adequar os conteúdos correlacionando com as realidades dos alunos, propiciando assim uma construção de conhecimento significativo.

Quanto às questões discursivas sobre a história e cultura africana, na coleção “Viver, Aprender” observamos que não se limitam apenas no que ocorreu no passado, mas transpassam ao longo das décadas e séculos e levam a refletir em como esse passado histórico está diretamente ligado aos dias atuais. A importância de questões que possibilitem a reflexão e o diálogo professor-aluno e aluno-aluno estão ligados ao que Brandão (1986) explica a partir de Paulo Freire.

Paulo Freire pensou em um método de educação construído em cima da ideia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material da fala dele. (BRANDÃO, 1986, p. 89).

A concepção de educação que segue a partir do diálogo entre educando e educador, além de criar uma conexão entre as experiências de ambos, possibilita ao educador tornar a fala do seu aluno como seu material de trabalho, utilizando os conhecimentos prévios e ampliando o alcance e a significação do conhecimento, buscando se aproximar da realidade e dos interesses que os alunos levam para as salas de aula.

Atividades diversificadas e multidisciplinares também fazem parte da organização da coleção 2 e estão presentes ao longo dos eixos apresentados, em especial vale salientar duas atividades que estão ligadas à historicidade da população negra e à relação com o acesso à educação nos dias e hoje que é realizada por meio de dados numéricos e leitura e interpretação de gráficos. E uma segunda atividade de produção textual que usa como exemplos algumas biografias de personalidades negras e em seguida pede para que cada aluno siga o exemplo e escreva uma biografia própria e uma do seu colega de classe. Exemplos pequenos de como atividades simples podem trazer grande significado para o que são as salas de aula da EJA, e gerar uma valorização da trajetória pessoal e coletiva desses sujeitos.

Recursos visuais:

Em suma, ambas as coleções apresentam variedade e boa resolução em seus recursos visuais. A disposição e diálogo com os textos de referência também são consideradas satisfatórias. Há uma gama de recursos considerável nas apresentações dos capítulos, como gráficos e mapas. O diferencial que a coleção 2 apresenta no quesito recursos é a presença de recortes de jornais, panfletos informativos, e muitas imagens

realistas, que, a nosso ver, conversa melhor com o público jovem e adulto. O diálogo como cotidiano também é observado, pois em muitos casos os objetos retratados, como jornais, cédulas recortes de matérias, são bem acessíveis e comuns no dia a dia. Além de todo material citado anteriormente, a coleção também oferece no final do livro uma variedade de materiais de apoio, alfabeto, figuras geométricas para montagem, mapas em diferentes escalas, tabelas de centenas, entre outros.

A coleção “É bom aprender” abriga um acervo abundante em fotografias e pinturas, significativamente maior do que a outra coleção, porém o que se percebe nessa variedade de imagens é a quantidade de imagens em que o negro aparece em situação de inferioridade comparado ao branco. E a sociedade brasileira, no geral, acostumou-se a ver negros desempenhando esse tipo de papel social inferior e desvalorizado. Sobre isso, Silva (2001) destaca que quando esse estereótipo do negro ocupando lugares e assumindo papéis com baixo prestígio é interiorizado, tanto para brancos como para negros, em uma escala geral acaba-se criando uma ideia de que é esse o lugar do negro e é esse espaço que ele ocupa na sociedade. Algumas imagens foram selecionadas para exemplificação.



Figura 2 – Coleção “É bom aprender – volume 2” (p. 291).
Fonte: Acervo pessoal

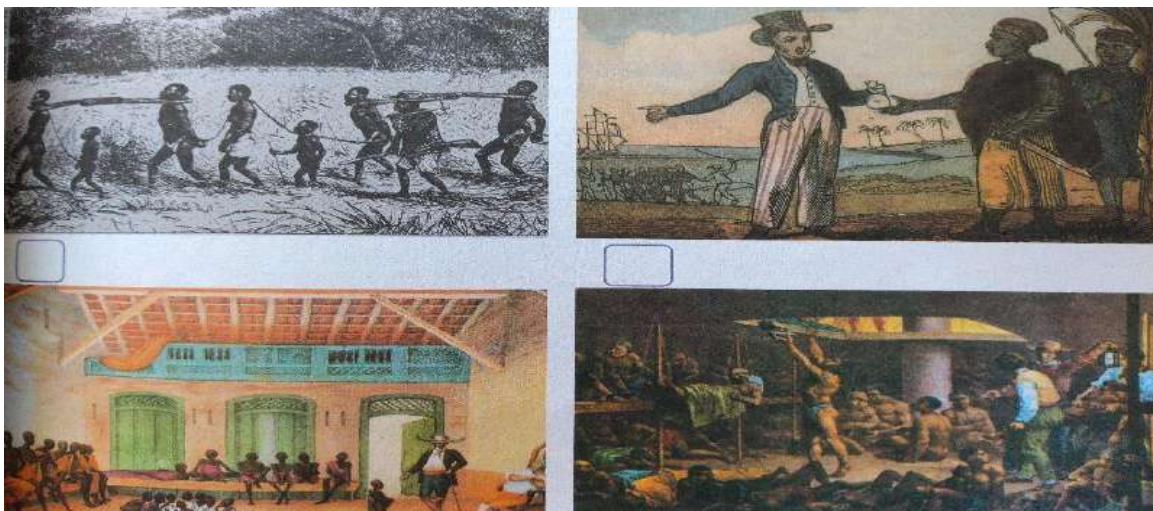


Figura 43 – Coleção “É bom aprender – volume 2” (p. 297).
Fonte: Acervo pessoal

O que é notável, a partir da análise das imagens, é que em muitas ocasiões no Brasil a imagem do negro nos livros didáticos ainda permanece vinculada a papéis que desempenham um menor prestígio na sociedade, o que torna ainda mais difícil que o negro seja legitimado na sociedade brasileira como um cidadão que possui os mesmos direitos e deveres que qualquer outro. Sobre isso, Silva (2001) comenta:

Isso tem um impacto sobre a construção da identidade dos educandos de ascendência africana, indígena e mestiça, que não encontram referências positivas à sua origem, à sua cultura e à sua história, omitida ou mostrada de maneira caricatural, estereotipada e folclorizada na escola. (SILVA, 1995, p. 135)

Esse fato nos leva a pensar que quando uma criança ou um adulto negro tem como materiais didáticos livros que apresentam uma imagem do negro depreciado, possivelmente esse sujeito terá dificuldades no seu processo de construção da sua identidade e/ou poderá apresentar uma deformação em sua autoestima. Portanto, é importante ressaltar a relevância de ver o negro sendo representado nos livros didáticos de maneira positiva, pois se os jovens e adultos que utilizarem o material como fonte de estudo forem negros, eles se sentirão valorizados e representados. E se for um sujeito branco, poderá aprender a valorizar o negro e sua cultura.

Com base nos conteúdos analisados, concluímos que as duas coleções são bem diferentes entre si. De maneira geral, ambas contemplam pouco o ensino de história e cultura da África, tanto na profundidade dos textos, quanto em imagens disponíveis nas

unidades. Entretanto, nota-se uma pequena, mas significativa, diferença sobre abordagem e linguagem que a segunda coleção nos traz, tendo em vista que, ainda que disponha de um curto espaço, apresenta avanços em relação à primeira. Avanços esses notados na forma de tratar os temas e fazendo menção à trajetória de negros brasileiros, suas lutas, reivindicações e as marcas que permaneceram ao longo da história. A segunda coleção se mostra mais preocupada com o público que vai utilizar o recurso, pois se apropria de uma linguagem simples, possui atividades contextualizadas e que levam os sujeitos a fazer reflexões correlacionando com seu dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de investigação e análise e fazendo uma correlação entre as descobertas, houve um aumento do desejo de pesquisar mais sobre o assunto e me aprofundar ainda mais no tema para que, enquanto docente, se possa descobrir quais meios de contribuir para a construção de um novo cenário de divulgação e valorização da cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

O objetivo da análise dos livros didáticos tem como resultado final levar o educador a uma reflexão mais precisa quanto ao seu material pedagógico disponível e quais ferramentas utilizar para que haja um processo de ensino-aprendizagem rico em significado, tendo em vista que o assunto referente às relações étnico-raciais precisa ser discutido e pensado a partir do pressuposto que a educação deve favorecer as ações que reforcem e afirmem essa modalidade da EJA como sujeitos de direito.

Quanto às pesquisas realizadas sobre a história da consolidação da EJA como modalidade de ensino oferecida pelo Governo Federal, e as propostas governamentais, leis e políticas públicas que organizam e legitimam essa categoria, enfatizando a Lei nº 10.639/03, o que se observa na prática dessas políticas dentro dos conteúdos curriculares dos livros didáticos é que há um afastamento entre as propostas estabelecidas e o que de fato é produzido nos materiais ofertados.

Ao que diz respeito à realidade encontrada no conteúdo de Ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos materiais destinados à EJA que foram investigados, o que se vê em muitos casos são conteúdos e atividades desconexas do cotidiano e a desvalorização da cultura do povo negro. É necessário que tal cenário se modifique e que se reconheça que a EJA possui suas peculiaridades e precisam ser consideradas e respeitadas no momento da elaboração do seu conteúdo e planejamento.

A análise foi realizada em dois livros didáticos distintos, porém que atendem o mesmo segmento, e o que ficou de reflexão principal é o pouco espaço dedicado ao ensino da História em ambos os livros, e ainda menor, o espaço dedicado ao ensino de história da cultura africana e afro-brasileira. Apenas uma das coleções analisadas, pensada e elaborada por uma ONG (Ação Educativa) que trabalha com materiais didáticos destinados à EJA, foi que demonstrou melhor desempenho no conteúdo e nas atividades propostas. Ainda que em um curto espaço, o conteúdo é rico, com atividades reflexivas e textos informativos que contam a história da África e valorizam o povo africano.

Entendemos, quanto aos conteúdos dos livros didáticos destinados à EJA, a necessidade que haja uma luta para a desmistificação do conceito que aponta o negro como classe inferior, subordinado a uma classe dominante. Comprendemos que há também a necessidade de uma adequação dos conteúdos quanto à relevância da história e da cultura africana na construção da sociedade brasileira, visando a contribuição entre culturas diferenciadas e a reparação histórica.

No quesito atividades, há a necessidade de o livro didático levar atividades contextualizadas e que não deixe lacunas para fomentar a reflexão dos educandos quanto ao que foi ministrado, fazendo uma ponte entre o processo histórico do sequestro dos povos africanos que foram brutalmente trazidos para o Brasil e os reflexos que existem hoje na sociedade.

Quanto às propostas direcionadas nos livros didáticos, é necessário que haja uma preocupação em levar os sujeitos a pensar e contextualizar ações do seu cotidiano e para a sua comunidade, pensar enquanto sujeito civil. Propostas desta natureza foram pouco observadas em ambos os casos, ficando assim, para reflexão geral a necessidade de intervenção do docente, para levar tais ideias para o âmbito escolar.

Em suma, apesar das dificuldades de conseguir material para as análises nas escolas que visitei e com alguns professores da EJA, as constatações obtidas foram satisfatórias e com clareza se pode perceber a importância da Lei nº 10.639 para assegurar que o ensino da história da África seja ministrado nas escolas de modo que enalteça a cultura afro-brasileira e a sua imensurável contribuição para a formação e construção do Brasil. Para finalizar, vale salientar que o cumprimento da lei é uma obrigatoriedade e que, independente do material didático ofertado pela escola, é um dever do docente incluir meios de assegurar que os sujeitos tenham acesso ao conteúdo em questão de forma plena.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO. C. R. **O que é método Paulo Freire**. 11º ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CEB 11/2000**. Disponível em: <http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf>; Acesso em: 17 de novembro de 2019.

BRASIL. **Plano nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas e para o Ensino da História e Cultural Afrobrasileira e Africana**. Brasília. DF. Out. 2004. Disponível em <http://www.planalto.inep.gov.br.arquivos>. Acesso em: 11 de novembro de 2019. 22hs e 40min

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília:1996. Disponível em: . Acesso em: 17 de novembro de 2019.

BUNZEN JR., Clecio dos Santos de et al. **Viver aprender – Vivências e diversidade : anos iniciais do ensino fundamental**: Educação de Jovens e Adultos – EJA, volume 2. São Paulo: Editora Global, 2009. V. 1.

CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para o seu ensino. In. COSTA LIMA, Ivan e ROMÃO, Jeruse (org). **Negros e currículo**. Série Pensamento Negro em Educação nº. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MEC. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

MELLO, Paulo E. D. **Programas de materiais didáticos para EJA no Brasil (1996-2014)**: trajetória e contradições. São Paulo: UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 1. ed. São Paulo: Global / Ação Educativa, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **A representação do negro em livros didáticos de leitura**. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n63/n63a18.pdf>. Data de acesso 16 de fevereiro de 2019.

ROMÃO, José E; GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos: cenários, perspectivas e formação de educadores**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2007 (Coleção Educação de Adultos).

RUMMERT, Sonia Maria and VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educ. rev.** [online]. 2007, n.29, pp.29-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602007000100004>. Acesso em 14 de novembro de 2019.

SILVA, Ana Célia Da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Consuelo Dorés. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da, COSTA, Hilton. **Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras**. Ponta Grossa: Editoras UEPG e UFPR, 2007.

SOUZA, Cassia Garcia de et al. **É bom aprender - edição renovada : anos iniciais do ensino fundamental**: Educação de Jovens e Adultos - EJA, volume 2. São Paulo: Editora FTD, 2013. v. 2.